

42º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

SPG 14

ESTADO E BURGUESIA NO BRASIL

O PETRÓLEO EM DISPUTA: as práticas políticas das frações burguesas no
segundo Governo Lula¹

Pedro Felipe Narciso (UFPel)

CAXAMBU – MG, 2018

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

1 INTRODUÇÃO

O anúncio da descoberta petrolífera do Pré-sal no ano de 2007 alterou significativamente a importância do Brasil no que tange ao seu potencial de produção de petróleo (DIEESE, 2013). Se sem o Pré-sal a Petrobrás alcançou a cifra dos 20 bilhões de barris identificados e cinco bilhões de barris produzidos em sua história, estima-se, de acordo com Cleveland Jones e Hernane Chaves (2015), que as reservas do Pré-sal têm um potencial de produção que alcançam números que vão de 176 bilhões a 273 bilhões de barris, portanto, uma quantidade significativa quando comparado ao produzido no pós-sal.

Considerando que, além da grande quantidade prospectada, as reservas recém-descobertas apresentavam baixíssimo risco, o governo do então Presidente Lula congelou os processos licitatórios que vigoravam sob a Lei nº 9.478 de 6 de agosto de 1997, que estabeleceu o regime de concessão. No sentido de oferecer um marco regulatório diferenciado para a exploração do Pré-sal, o executivo federal encaminhou ao congresso quatro projetos de lei, quais são: a) o projeto de lei 5.938/2009, que propõe substituir o regime de concessão pelo regime de partilha; b) o projeto de lei 5.939/2009, que instituiria uma empresa pública cuja função era administrar os contratos de partilha, representar e defender os interesses da União nos consórcios estabelecidos; c) o projeto de lei 5.940/2009 que visava constituir o fundo social do Pré-sal, basicamente uma poupança pública de longo prazo que visava constituir uma fonte de recursos permanente para investimentos em educação, em cultura, em ciência e tecnologia, sustentabilidade ambiental e combate à pobreza; e d) o projeto de lei 5.941/2009, o qual permitia a contratação da Petrobrás pela União dispensando a licitação quando a produção não ultrapassasse os cinco milhões de barris, o objetivo da lei era aumentar o capital da União junto à empresa e aumentar o valor das ações dessa.

Os projetos supracitados têm como efeito de conjunto aumentar o controle estatal sobre os processos de exploração das principais áreas que compõem o Pré-sal. Essa política para exploração do petróleo integra de maneira coerente a política econômica hegemônica no período do Segundo Governo Lula, classificada por parte relevante da literatura como sendo neodesenvolvimentista. Essa caracterização tem sido empiricamente confirmada por diversos trabalhos acadêmicos sobre o tema, dos quais se destacam pesquisas sobre a política externa (ASSUMPCÃO, 2014) e a política de financiamento de grandes empresas por meio da expansão das linhas de crédito do BNDES (BOITO, 2012). Reforça ainda a hipótese neodesenvolvimentista a dinâmica dos acontecimentos políticos que destituíram a Presidente Dilma Rousseff e os seus desdobramentos na Petrobrás, sobretudo no que se refere aos

ataques jurídicos e midiáticos sofridos pela empresa, bem como as significativas alterações na legislação petrolífera e na sua própria política administrativa.

Na tentativa de, num primeiro momento, reconstituir parte desse processo o autor do presente trabalho desenvolve uma pesquisa em nível de mestrado que busca investigar a relação de duas frações da burguesia brasileira com o processo de aprovação do PL. 5938/2009 (Lei 12.351/2010), que institui o regime de partilha de produção. O objetivo geral da dissertação é observar se os padrões de polarização intraburguesa verificados na conjuntura da época se reproduzem também na questão petrolífera. A relevância acadêmica de desenvolver essa pesquisa é dimensionar a extensão da política econômica neodesenvolvimentista no período, bem como identificar possíveis pontos de conflito em torno do novo regime de exploração, os quais podem vir a contribuir no futuro para pesquisas sobre o processo de desenvolvimento do golpe de 2016 e os papéis ocupados nesse pela Petrobrás e o Pré-sal.

A pesquisa empírica que embasa a dissertação referida ainda encontra-se em processo de execução, portanto, o presente trabalho não tem como proposta a apresentação de resultados. O objetivo aqui é mais elementar, ou seja, apresentar o núcleo fundamental que orienta a pesquisa a fim de compartilhar com os colegas pesquisadores do tema os méritos, deméritos e desafios da construção da dissertação referida podendo, assim, aprimorá-la. Nesse sentido, a exposição concentrar-se-á nos seguintes itens, os quais se consideram a “coluna vertebral” da pesquisa. Primeiro, o sistema de conceitos para a colocação do problema; depois, a teoria em seu estágio de aplicação para a construção do problema propriamente dito e as hipóteses que dele foram derivadas; e, por fim, na última seção, apresentam-se o método de procedimento a ser aplicado e o material empírico levantado.

2 CONCEITOS PARA A COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

O objetivo desta seção, como anteriormente mencionado, é apresentar o método de abordagem do qual se parte, ou seja, o arcabouço teórico-conceitual pelo qual o problema em torno de um fenômeno concreto-real pode ser constituído e abordado. A apresentação geral do sistema teórico possibilita a articulação coerente de determinados conceitos para a exposição do problema, o que constitui um dos objetivos principais do texto.

O método de abordagem a ser apresentado aqui se insere na larga tradição do marxismo, mais especificamente daquele organizado em torno das teses de Louis Althusser. Esse autor, ao tomar as obras de Marx e Engels como matéria-prima do trabalho teórico,

aplicou sobre esse material preliminar dois importantes conceitos da epistemologia moderna, a saber, o conceito de problemática, de Jacques Martin; e o conceito de corte epistemológico de Gaston Bachelard (ALTHUSSER, 2015). Com essa operação sobre a obra de Marx, Althusser concluiu que existe na obra daquele autor uma ruptura epistemológica pela qual ele se distingue da tradição em que originalmente operava, rompendo com uma problemática humanista e fundando uma problemática histórica da qual se derivam duas disciplinas científicas, o materialismo dialético e o materialismo histórico. Essas duas disciplinas estariam presentes em Marx de modo prático, aplicado e não desenvolvido, dessa forma, caberiam aos pesquisadores da obra de Marx desenvolver essas duas ciências a partir das exigências do rigor teórico sistemático.

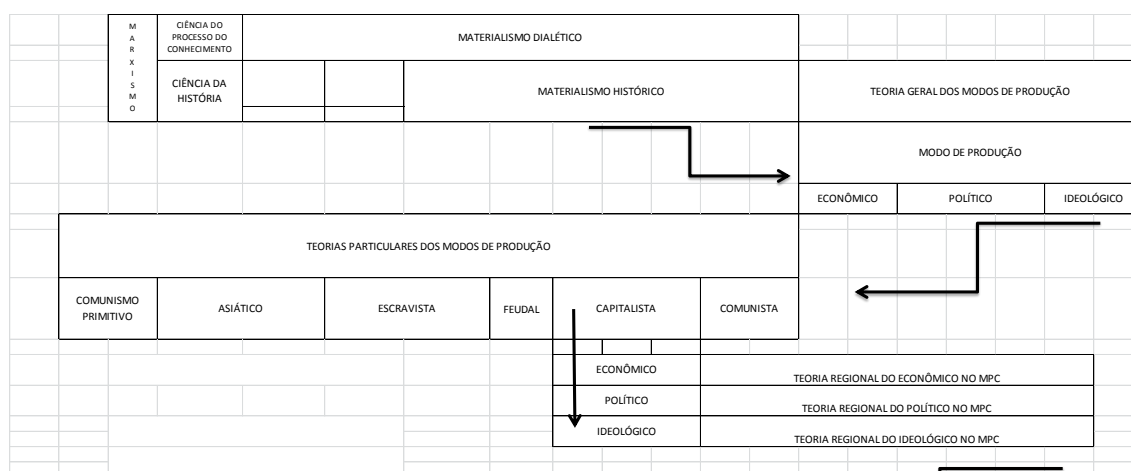
Pelo lado do materialismo dialético, esse se define como a ciência “da estrutura e funcionamento do processo de pensamento”, tem, portanto, como objeto “a teoria da história da produção científica” (POULANTZAS, 1977, p.11), ou seja, as formações teóricas no interior das formações sociais. Embora distinto, une-se ao materialismo histórico em razão de dois princípios de fundamentação: a distinção entre o ser e a representação; e a determinação em última instância da representação pelo ser. Na interação com o materialismo histórico o materialismo dialético, portanto, não apenas verifica a relação das formações teóricas com o conjunto das formações sociais, mas também produz observações de cunho teórico e metodológico sobre os processos adequados pelos quais se conhece.

O materialismo histórico constitui-se, por sua vez, como a ciência da história da reprodução e transição dos modos de produção nas formações sociais. Uma ciência, portanto, articulada em torno do conceito de modo de produção, o qual pode ser definido como um conceito abstrato-formal, heurístico, capaz de caracterizar a articulação específica das três instâncias que constituem uma formação social, objeto singular e concreto-real da referida disciplina. Essas instâncias são o político, o ideológico e o econômico. Esse último, o econômico, é determinante em última instância, pois regula o deslocamento da dominância desses níveis uns sobre os outros, diferenciando os modos de produção entre si.

Observando as considerações epistemológicas sobre o processo de síntese das múltiplas determinações – o estudo analítico do fenômeno na sua autonomia relativa e a interação do fenômeno no todo pela ação recíproca – faz-se necessário ao desenvolvimento dessa teoria geral dos modos de produção o desenvolvimento da teoria particular de cada um dos modos de produção, bem como o desenvolvimento da teoria regional de cada uma das instâncias citadas em cada uma das teorias particulares (ver figura 1). A produção de

conceitos sobre a instância econômica do Modo de Produção Capitalista em geral foi substantivamente satisfeita (apenas no geral) pela publicação de *O Capital: crítica da Economia Política* (MARX, 1983), na qual Marx expõe a estrutura lógica pela qual o Modo de Produção Capitalista se produz e reproduz. Sobre a produção do conhecimento do nível político, afirma-se que Nicos Poulantzas foi aquele que foi mais longe, sendo a obra *Poder Político e Classes Sociais* (POULANTZAS, 1977) considerada como “o mais desenvolvido e sistemático tratado geral de teoria política marxista jamais publicado” (SAES, 1998, p.46). Sobre o nível ideológico ainda não se tem no interior do materialismo histórico uma obra tão sistemática quanto *O Capital* ou *Poder Político e Classes Sociais*, no entanto, ambas fazem considerações e alusões sobre os efeitos ideológicos típicos do Modo de Produção Capitalista. No caso do primeiro, destaca-se o que Marx caracteriza como fetiche da mercadoria; no caso do segundo o que Poulantzas classifica como efeito de isolamento e efeito de representação da unidade produzidos pela estrutura jurídico-política do Estado Capitalista².

FIGURA 1 – Articulação entre teoria geral, teoria particular e teoria regional.



Fonte: Elaboração própria a partir de Poulantzas (1977).

Essa mobilização teórica em torno do conceito de modo de produção não se constitui como um esforço autorreferente, no qual o conceito é o único objeto de conhecimento da teoria. Nesse sentido, a construção teórica esboçada nos parágrafos anteriores tem como objetivo o conhecimento de um objeto concreto-real, que está no mundo e, por isso, caracteriza-se pela singularidade. Tal objeto são as diferentes formações sociais, ou seja, as unidades singulares que se distinguem pela combinação específica dos modos de produção e suas instâncias constitutivas. Em outras construções teóricas é o que comumente se denomina

² Vale citar outras colaborações relevantes sobre o ideológico no interior do marxismo, sobretudo as feitas por Antônio Gramsci e Louis Althusser, entretanto, mesmo essas, carecem ainda de um trato teórico mais bem acabado.

como “sociedade”, por exemplo: a sociedade brasileira, a sociedade inglesa, a sociedade chinesa. No materialismo histórico o termo “sociedade” é substituído pelo de formação social, pois aquele (sociedade) remete a um plano monodimensional, que toma como premissa teórica verdadeira os efeitos ideológicos produzidos pela estrutura jurídico-política do Estado: o efeito de isolamento, que equaliza os agentes que ocupam posições desiguais na produção como sujeitos de direito; e o efeito de representação da unidade, que reúne os agentes equalizados pelo efeito de isolamento na condição de cidadãos membros de uma mesma comunidade, um Estado-nacional, portanto, uma “sociedade”. A formação social, por sua vez, remete a amarração específica dos modos produção levando em consideração a amarração específica de suas instâncias e dos elementos que as caracterizam. Dessa maneira é possível tomar a formação social como “uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (MARX, 2008, p.258), que os conceitos vazios encerrados em modelos planos, tais como os de “atores, agentes e sujeitos”, são incapazes de abarcar.

Com a formação social descobrem-se então uma variedade de agrupamentos sociais especificados pela combinação de múltiplos determinantes, tais como: a) as classes sociais, que são agrupamentos caracterizados pela presença pertinente nos níveis político e ideológico a partir da posição ocupada nas relações de produção. Essas classes diferenciam-se ainda por sua pertinência e eficácia devido ao modo de produção que pertencem no interior de uma formação social; b) as frações de classe que, nos marcos da sua unidade geral de classe, diferenciam-se no âmbito da disputa particular no político; c) as categorias sociais, ou seja, agrupamentos que se diferenciam determinantemente pela relação estabelecida em outros níveis que não o econômico, tal como a burocracia, no caso da sua posição privilegiada no político; ou os intelectuais, no caso da sua posição privilegiada no ideológico; e d) as camadas sociais, grupos constituídos pela combinação específica de determinados modos de produção em uma determinada formação social, como o caso da aristocracia operária.

Todos esses grupos podem, além disso, também ser considerados de acordo com papel que desempenham nas lutas políticas. Assim aparecem as classes dominantes, caracterizadas por serem organizadas e representadas no Estado constituído. Aparece a classe hegemônica, que é o vértice de unidade entre as classes dominantes na constituição do bloco no poder. Aparecem as classes-apoio, que são incapazes de organizar-se de modo autônomo e, mobilizadas desde fora por meio das próprias estruturas do Estado, fortalecem passivamente projetos de outras classes. Aparecem as classes detentoras, àquelas onde são recrutados os políticos profissionais e a burocracia. Enfim, uma série de outras determinações especificadas

pela própria tipicidade como os modos de produção se combinam em cada formação social (POULANTZAS, 1977).

Definido, então, o objeto concreto-real do materialismo histórico, suas instâncias e o seu caráter inexoravelmente singular, cabe considerar o conceito capaz de expressar um momento no desenvolvimento de uma formação social, ou seja, o conceito de conjuntura. Se a formação social é o objeto concreto-real, a conjuntura é a presença, a vigência e a emergência da formação social no momento existente. Nas palavras de Poulantzas é o “lugar privilegiado onde se reflete a individualidade histórica sempre singular de uma formação, é a situação concreta da luta política de classe” (POULANTZAS, 1977, p.91). Tomando por referência a famosa sentença na qual Marx declara que os “homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente” (MARX, 2008b, p. 19), pode-se caracterizar a conjuntura, justamente, como o quadro de circunstâncias com o qual os homens se defrontam diretamente, assim, a história invariavelmente só pode ser vivida nas conjunturas e transformada por meio das conjunturas. Considerando a importância do conceito de conjuntura para a localização do objeto deste trabalho, buscar-se-á a construção de uma definição mais precisa, nesse sentido faz-se necessário desagregar o conceito nos elementos mais simples que o compõe. O primeiro desses elementos é o acontecimento. De acordo com o sociólogo Herbert de Souza, ao considerar uma conjuntura é necessário distinguir os fatos dos acontecimentos, pois:

existem ocorrências que se constituem em acontecimentos tais como greves gerais, eleições presidenciais (principalmente se são diretas...), golpes militares, catástrofes, descobertas científicas de grande alcance. Estas ocorrências por sua dimensão e seus efeitos afetam o destino e a vida de milhões de pessoas, da sociedade em seu conjunto (SOUZA, 1984, p.10)

A partir dessa distinção entre fato e acontecimento, define-se o acontecimento como qualquer fato cujas repercussões sejam pertinentes para o modo como se reproduz uma formação social. Portanto, uma conjuntura é um ciclo de acontecimentos que expressam uma tendência no modo como se reproduz uma formação social, atribuindo, assim, sentido a um período dessa formação.

Tomando por consideração os acontecimentos políticos, conclui-se que esses não são capazes de produzir-se senão por meio da ação de forças sociais politicamente ativas. Portanto, a análise da conjuntura envolve a definição do conceito de forças sociais, cuja correlação de forças produz a tendência dos acontecimentos numa conjuntura determinada. As forças sociais são entendidas, assim, como diferentes conjuntos compostos pelos elementos

politicamente ativos das diferentes camadas, categorias, classes e frações que constituem uma formação social.

Se as forças sociais reúnem-se e distinguem-se por serem politicamente ativas, isto é, pela ação política, isto é, pela prática política, cabe definir esse tipo de prática. Define-se, então, como prática política aquela prática que tem como matéria-prima a conjuntura e por produto a influência na ação do Estado, estrutura jurídico-política definida pela função de organizar a dominação de uma classe sobre as outras. A prática política é o que especifica e reúne os elementos dos diferentes agrupamentos sociais como força social. As forças sociais distinguem-se entre si pelos objetivos dessa prática política, ou seja, pelo programa político que as mobilizam. Assim, uma força social pode ser definida como uma unidade heterogênea de elementos politicamente ativos de diferentes classes, frações, camadas e categorias mobilizadas por um programa político.

Ao considerar as forças sociais é, portanto, fundamental fazer duas observações, a composição das forças sociais, ou seja, os agrupamentos sociais mobilizados; e a disposição desses agrupamentos, ou seja, a função que cumprem no modo como se agrupam. Na primeira observação reaparecem os conceitos de classe, fração, categoria e camada. Na segunda, aparecem os conceitos de: aliança política, que reúne as forças sociais organizadas de modo independente, estabelecendo um programa mínimo comum (BOITO Jr., 2012); frente política, que se diferencia da aliança por não envolver um acordo explícito entre as forças sociais envolvidas, mas uma convergência em que algumas das forças sociais podem ser instrumentalizadas sem mesmo saber que participam da frente (Ibidem, 2012); força dirigente, que define os objetivos estratégicos da frente; força principal, que é determinante para realização dos objetivos estabelecidos; e classe-apoio, já definida mais acima.

Até aqui a anatomia do conceito de conjuntura revelou os seus três elementos constitutivos: a) os acontecimentos; b) a correlação de forças sociais que produzem os acontecimentos; e c) a correlação de classes, frações, camadas e categorias no interior das forças sociais, definindo, com isso, tanto o objetivo da força social, como os meios que essa força tem a disposição. Essa complexa amarração entre os diferentes tipos de elementos da conjuntura não é autoevidente, mas antes uma estrutura subterrânea cuja dinâmica manifesta-se como fenômeno na cena política, onde os homens, supostamente destituídos de interesses e movidos exclusivamente por convicções e valores, constituem correntes de opinião e, no sentido de realizar suas convicções acerca do interesse geral da nação e do povo, debatem ideias tentando convencer uns aos outros a votar de determinado modo nos processos

deliberativos. Essa concepção idílica dos processos políticos que produzem os acontecimentos não constitui, para o materialismo histórico, uma realidade última, mas uma “realidade superficial como um véu que desempenha uma função particular, qual seja, a função de ocultar a realidade profunda” (BOITO Jr., 2007, p.137). Portanto,

a análise política marxista das sociedades capitalistas só começa quando, e somente quando, o analista evidencia os laços complexos que unem a cena política aos interesses econômicos e aos conflitos de classe. Praticar análise política designando os agentes presentes na cena política pelos nomes e objetivos que eles próprios se dão é permanecer na superfície enganosa do fenômeno (BOITO Jr., p. 140, 2007).

Dentre os grandes trabalhos de análise política que pretenderam desvendar a dinâmica subjacente da cena política, sobressaem-se os conhecidos textos históricos de Karl Marx, dentre os quais se destaca *O Dezoito do Brumário de Luís Bonaparte* (MARX, 2008b). Neste texto o autor alemão propõe um exame da conjuntura de constituição, crise e dissolução da II República Francesa, cujo fim fora marcado pela ascensão de Louis Bonaparte ao poder e, a posterior, proclamação do II Império. Embora Marx não tenha deixado um instrumental sistematizado para uma análise de conjuntura que transcenda os limites da cena política, desses textos é possível derivar indicações gerais que aparecem ali em estado prático. O professor Armando Boito Jr (BOITO Jr, 2007), numa espécie de leitura sintomal do *Dezoito do Brumário* procura indicar os principais vínculos estabelecidos por Marx no processo de análise da referida conjuntura. Basicamente o professor indica que Marx identificou uma série de coerências em diferentes níveis de práticas, buscando vincular as classes, as frações e as camadas aos partidos e tendências e os seus grupos parlamentares. Os principais indicadores desses vínculos seriam as plataformas políticas defendidas pelos grupos parlamentares que, apresentando-as como interesse geral do povo francês, representavam efetivamente os interesses das diferentes camadas, frações e classes organizadas em forças sociais, representadas, por sua vez, pelos partidos e grupos parlamentares.

Até o presente momento fora apresentado a arquitetura teórica pelo qual opera o materialismo histórico para a investigação do seu objeto concreto, as formações sociais. No interior do conceito desse objeto localizou-se também o seu momento de existência, a conjuntura, cujas partes constitutivas foram também analisadas. Nas considerações acerca do conceito de conjuntura observara-se que essa tem um meio de manifestação cuja característica principal é ocultar a estrutura e a dinâmica substantiva da própria conjuntura, anunciando a si (o meio de manifestação) como sendo a realidade última, autorreferente e dotada de vida própria, a cena política. Considera-se que, para os fins de execução deste trabalho, o arcabouço teórico abstrato-formal fora exposto de modo satisfatório. Cabe agora, localizando-

se no fim da presente seção o ponto de corte, partir para a teoria em estado prático, já na observância do concreto-real, a conjuntura do Segundo Governo Lula na formação social brasileira.

3 O PROBLEMA NA CONJUNTURA DO SEGUNDO GOVERNO LULA

Esta seção tem o objetivo de caracterizar a conjuntura do Segundo Governo Lula, onde se circunscreve o acontecimento da aprovação da Lei de nº 12.351, que instituiu o Regime de Partilha de Produção para determinadas áreas do Pré-sal. A relação desse acontecimento com as posições políticas das frações burguesas na conjuntura é o que possibilita a constituição do problema de pesquisa propriamente dito, que será indicado ao fim da seção.

No que se refere às diferentes caracterizações das conjunturas recentes da formação social brasileira, aponta-se com alguma frequência para a existência de uma divisão no interior da burguesia brasileira. Esse diagnóstico aparece em autores que partem de distintas concepções teóricas, atravessando também um período de tempo significativo, remontando, pelo menos, o período de transição para o regime democrático. Considerando esses dois elementos, a diversidade teórica e a permanência temporal, somado à similaridade das caracterizações, toma-se esse fenômeno como um dado da realidade brasileira.

A análise do sociólogo Herbert de Souza (SOUZA, 1984) sobre a conjuntura de transição ao regime democrático, por exemplo, define a classe dominante brasileira como estando dividida em duas correntes, “os liberais internacionalistas: setores dissidentes do PDS que ajudaram a constituir a transnacionalização da sociedade brasileira nos períodos Castelo, Geisel e Figueiredo” e os liberais nacional-reformistas: “lideranças de oposição ao regime anterior que expressam aspirações da classe média e das grandes massas marginalizadas” (SOUZA, 1984, p.40). De acordo com o autor

As duas correntes têm em comum o objetivo de institucionalizar o regime liberal-democrático, que garanta o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Os liberais internacionalistas acentuam a identificação e compatibilidade entre o nosso desenvolvimento e a dinâmica do capitalismo mundial (a ordem mundial é benéfica à ordem nacional). Os liberais nacional-reformistas colocam ênfase na necessidade de atender mais à dinâmica do mercado interno e às necessidades de reformas estruturais que integrem no país real os milhões de marginalizados (a ordem mundial não é necessariamente benéfica à ordem nacional); (SOUZA, 1984, p. 40 - 41).

As duas correntes destacadas por Souza, embora com programas divergentes, aceitariam o princípio de alternância de poder pela disputa democrática, resolvendo por esses meios suas contradições. Essas diferenças programáticas se restringiriam, sobretudo, ao plano da política econômica. De um lado, os liberais internacionalistas defenderiam um programa

composto pelos seguintes pontos: “a) pagar a dívida externa; b) combater a inflação, reduzir os gastos públicos e combater a corrupção; c) desestatizar a economia; e d) acabar com todas as restrições à atuação do capital transnacional” (SOUZA, 1984, p.42). Do outro lado, os liberais nacional-reformistas defenderiam um programa que passasse por:

a) condicionar o pagamento da dívida externa à não aplicação de uma política recessiva sob imposição do FMI; b) combater a inflação sem achatamento dos salários; c) democratizar a gestão econômica sem sacrificar empresas públicas; e d) rever as estratégias de desenvolvimento de forma a dar prioridade à empresa nacional, ao mercado interno, à criação de empregos e ao combate à miséria (SOUZA, 1984, p. 42).

O diagnóstico de Herbert de Souza na conjuntura de transição ao regime democrático é semelhante àquele estabelecido por Basílio Sallum Jr que, ao analisar a conjuntura dos anos de 1990, observa uma divisão entre os intelectuais formuladores da política econômica do Governo FHC. De um lado estaria a corrente denominada por ele de neoliberal doutrinária, que apostava na

estabilização rápida dos preços por meio das seguintes medidas complementares: a) manutenção do câmbio sobrevalorizado frente ao dólar e outras moedas, de forma a estabilizar os preços internos e pressioná-los para baixo pelo estímulo à concorrência derivada do barateamento das importações; b) preservação e, se possível, ampliação, da “abertura comercial” para reforçar o papel do câmbio apreciado na redução dos preços das importações; c) o barateamento das divisas e a abertura comercial permitiriam a renovação rápida do parque industrial instalado e maior competitividade nas exportações; d) política de juros altos, tanto para atrair capital estrangeiro - que mantivesse um bom nível de reservas cambiais e financiasse o déficit nas transações do Brasil com o exterior, como para reduzir o nível de atividade econômica interna - evitando assim que o crescimento das importações provocasse maior desequilíbrio nas contas externas; e) realização de um ajuste fiscal progressivo, de médio prazo, baseado na recuperação da carga tributária, no controle progressivo de gastos públicos e em reformas estruturais (previdência, administrativa e tributária) que equilibrassem “em definitivo” as contas públicas; f) não oferecer estímulos diretos às atividades econômicas específicas, o que significa condenar as políticas industriais setoriais e, quando muito, permitir estímulos horizontais à atividade econômica - exportações, pequenas empresas, etc.; devendo o Estado concentrar-se na preservação da concorrência, através da regulação e fiscalização das atividades produtivas, principalmente dos serviços públicos (mas não estatais) (SALLUM Jr., 1999, p. 33).

Frente a esse neoliberalismo doutrinário, formara-se um grupo de intelectuais dissidentes, definidos por Sallum Jr como liberal-desenvolvimentistas, os quais resgatariam o antigo desenvolvimentismo, agora, sob a supremacia neoliberal, em que “também dá-se prioridade à estabilização monetária, mas a urgência com que ela é perseguida aparece condicionada aos efeitos potenciais destrutivos que as políticas antiinflacionárias ocasionarão no sistema produtivo” (SALLUM Jr., 1999, p.35).

Se Sallum Jr. buscou observar o processo de cisão ideológica entre grupos de intelectuais dirigentes na conjuntura neoliberal dos anos de 1990, esse processo também foi

observado, na mesma conjuntura, por Boschi e Diniz, entre setores do empresariado (BOSCHI e DINIZ, 2003). De acordo com os autores as divergências no empresariado se deveram a dois fatores, o primeiro de ordem econômica, vinculado à reestruturação produtiva, à abertura econômica e ao sacrifício do crescimento em nome da estabilidade; e o segundo, relativo à presença empresarial no âmbito político, pois, referia-se à desconsideração da estrutura de representação oficial corporativa por meio das federações empresariais. O governo FHC seria um governo excessivamente fechado em sua tecnocracia, excluindo dos processos de decisão uma parte do empresariado que estava historicamente acostumada a intervir por aqueles meios. Em suma, pode-se dizer que enquanto uma parte do empresariado integrou-se ao processo de abertura econômica mediante associação, compras e fusões e adequou-se aos novos mecanismos de influência, tal como o lobby; outra parte inseriu-se nesse processo de maneira diferenciada, observando a política neoliberal como uma ameaça, pois a

abertura indiscriminada, juros altos e sobrevalorização da moeda teriam criado um ambiente muito favorável aos interesses financeiros em detrimento dos interesses industriais, privilegiando ainda o capital estrangeiro em detrimento do doméstico, o que também teve implicações negativas para o conjunto da economia ao gerar estagnação e altas taxas de desemprego (DINIZ e BOSCHI, 2003, p.25).

Essa conjuntura crítica para determinados setores empresariais acirrou a cisão no interior da burguesia e de suas representações, possibilitando, assim, uma mudança progressiva na correlação entre as forças sociais em questão e, por conseguinte, na própria conjuntura. Tal modificação ensejou a superação da conjuntura neoliberal ortodoxa dos anos 1990 e inaugurou um novo ciclo de acontecimentos. Esse novo ciclo de acontecimentos começa a esboçar-se com vitória da chapa encabeçada por Luiz Ignácio Lula da Silva e José Alencar nas eleições presidenciais de 2002, alcançando maturidade e vigor no seu segundo mandato, iniciado em 2007.

Ao realizar a análise dessa última conjuntura, a do Segundo Governo Lula, Armando Boito Jr (BOITO Jr., 2012) mobiliza o instrumental teórico do materialismo histórico, sobretudo o arcabouço poulantziano. Nesse sentido, diferentemente dos autores citados em análises anteriores, Boito pode definir mais precisamente o que de fato constitui essa cisão no interior da burguesia brasileira que, de acordo com ele, divide-se em duas frações principais: a burguesia interna e a burguesia compradora. O autor frisa que ambas as frações correspondem a grandes empresas com elevado grau de poder econômico, atuando não raramente como monopólios ou oligopólios, logo, a transferência da hegemonia política de uma dessas frações para outra não acarretaria em mudanças substancialmente diferentes na política econômica e

social ou em rupturas institucionais no Estado e no regime político, ao contrário do que ocorreu “em 1930, quando o grande capital cafeeiro foi apeado da hegemonia no Estado, ou em 1964, quando a velha burguesia nacional e a frente populista foram derrotadas” (Ibidem, p. 74). O que distinguiria efetivamente a burguesia interna da burguesia compradora seria a sua postura frente ao capital estrangeiro, pois, enquanto esta trabalharia na perspectiva de expandir a influência do capital estrangeiro no sentido de, com isso, expandir também seus ganhos e influência, aquela teria uma postura ambígua em relação ao capital externo, pois embora possa associar-se a ele, entende o mesmo como um concorrente, muitas vezes desproporcional, no mercado interno e nos mercados regionais onde possa vir a atuar. Desse modo a fração da burguesia interna procura, por meio da ação estatal, impor limites e controles sobre a expansão do capital externo. Armando Boito aponta que foi durante a conjuntura de implementação do neoliberalismo que essas frações se constituíram, pois a burguesia compradora seria efeito dos

Grupos financeiros nacionais [que] beneficiaram-se com a política de juros elevados e de liberdade para entrada e saída de capitais, empresas nacionais que se associaram a grupos estrangeiros para participar de leilões de empresas estatais, empresas comerciais ligadas à importação, os grupos empresariais das áreas de saúde e de educação, uma parte dos setores internacionalizados da indústria local (Ibidem, p.75.76).

Por outro lado, a burguesia interna seria o efeito de outro setor do empresariado que encarou a abertura comercial como uma ameaça concorrencial no, antes quase exclusivo, mercado interno, sendo formada assim pelos

grandes industriais brasileiros que junto com o agronegócio, formam o segmento mais importante da grande burguesia interna, [e que] mantinham uma relação contraditória com o programa neoliberal. Apoiavam, como toda a burguesia, a política social do neoliberalismo: desindexação dos salários, desregulamentação das relações de trabalho, redução e corte nos direitos sociais – nas áreas de saúde pública, de previdência pública e de educação. Porém, relutavam em aceitar ou mesmo se opunham a aspectos importantes da política econômica neoliberal: rejeitavam a política de abertura comercial, que ameaçava o mercado cativo que o desenvolvimentismo criara para a indústria local, e procuravam manter posições de força que tinham conquistado no capitalismo brasileiro e que eram ameaçadas pelas reformas neoliberais (Ibidem, p.76).

Nos governos de Fernando Henrique Cardoso, a fração hegemônica no interior do bloco no poder era, de acordo com o autor, a fração da burguesia compradora, a qual se fazia representar na cena política pela aliança parlamentar entre o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL), que logrou aplicar o programa neoliberal com êxito, a despeito das contrariedades impostas pela burguesia interna.

A burguesia interna, por seu turno, se unificaria pela concorrência contra o capital internacional que – com intuito de melhorar a sua posição no interior do bloco no poder e

oferecer alguma resistência às medidas da fração neoliberalizante – teria se aproximado do movimento operário e popular em expansão, formando com ele uma frente política, a chamada frente neodesenvolvimentista, organizada na cena política pela representação do Partido dos Trabalhadores (PT).

A arquitetura dessa frente estaria desenhada, naquele contexto conjuntural, do seguinte modo. A classe hegemônica (ou dirigente) seria a burguesia interna com o seu projeto neodesenvolvimentista, enquanto o movimento operário e popular estaria servindo como força principal. Esse descompasso entre força principal e força hegemônica constituiu uma instabilidade na referida frente política, porém, mesmo assim, tal frente conseguiu impor uma série de medidas econômicas importantes para a burguesia interna, tais como

A desativação a frio da Alca, a diplomacia e a política de comércio exterior visando à conquista de novos mercados no hemisfério sul, o fortalecimento das relações da economia brasileira com as economias sul-americanas, o congelamento do programa de privatização, o fortalecimento econômico e político das empresas estatais remanescentes e o novo papel do BNDES na formação de poderosas empresas brasileiras nos mais diferentes segmentos da economia (Ibidem, p.81).

O objetivo da frente dirigida pela burguesia interna seria, portanto, a aplicação do programa econômico neodesenvolvimentista, que tem como fundamento básico o fortalecimento da burguesia interna mediante a associação com o Estado. A frente já demonstrava na época pontos de fissura, tanto no interior da própria burguesia interna como entre a burguesia interna e o movimento operário e popular. Três são as contradições que oporiam os setores da burguesia interna. A primeira seria a contradição entre a grande indústria e o sistema bancário nacional, pois embora ambos se unifiquem em torno do protecionismo frente ao capital estrangeiro, entram em contradição em relação “a taxa básica de juros elevada, que aumenta o gasto público, dificultando a expansão e melhoria dos serviços de infraestrutura”; e a “liberdade dos bancos para fixarem o spread bancário, aumentando os custos do tomador de empréstimo” (Ibidem, p.100). Até aquele momento a medida governamental que servia como “o algodão entre os cristais” era o aumento do orçamento do BNDES e a “multiplicação dos programas de crédito subsidiado para a grande indústria e para o agronegócio” (Ibidem, p. 100). A segunda contradição se referiria à relação da grande indústria com o agronegócio, pois o objetivo fundamental deste último setor consistiria na facilitação da entrada dos seus produtos nos mercados dos EUA e da Europa, os quais exigem como contrapartida, a abertura do mercado interno aos manufaturados estrangeiros, o que contraria os interesses dos industriais. A terceira das contradições, por fim, seria a contradição entre capital público e capital privado. Ou seja, até que ponto o Estado

deveria fortalecer e estender a atuação de empresas públicas nacionais ou apostar na construção de grandes empresas privadas.

Para além dessas três contradições principais no seio da burguesia interna, Boito menciona duas grandes contradições entre a burguesia interna e o movimento operário-popular que comprometem a estabilidade da frente política. A primeira dessas contradições envolve um posicionamento referente ao gasto público, pois, de acordo com o autor

A grande burguesia interna reluta em aceitar as pequenas concessões que o Governo Lula exige dela, para que seja possível manter a própria frente. Os grandes empresários querem: juros mais baixos, investimento estatal em infraestrutura, proteção alfandegária, BNDES a seu serviço, diplomacia empresarial e outras benesses, mas rejeitam a contratação de novos funcionários, reajustes para o funcionalismo, reajuste do salário mínimo, o gasto da previdência, etc.” (Ibidem, p.102).

A questão agrária seria o outro ponto de conflito, pois não seria possível para o Governo manter boa relação política com o agronegócio e fazer uma reforma agrária ampla. A medida governamental para atenuar essa contradição foi a expansão do crédito para agricultura familiar, ou seja, para os camponeses com terra, ignorando uma outra base do movimento camponês, a qual é formada por aqueles que ainda não foram assentados, os camponeses mais pobres.

A análise de Armando Boito Jr sobre a conjuntura do Segundo Governo Lula é aquela que sistematiza teoricamente as impressões acerca do fenômeno de cisão no interior da burguesia brasileira, que em Herbert de Souza aparecia sob o impreciso termo de “correntes”; que em Sallum Jr aparece apenas como discordância teórica entre os intelectuais do Governo FHC; e em Diniz e Boschi como setores do empresariado mais ou menos satisfeitos. Com a mobilização do aparato conceitual do materialismo histórico, Boito pode transpassar a cena política, identificando as forças sociais ocultadas pelas siglas partidárias, sua composição e o seu modo de articulação. Com isso foi possível construir um quadro conjuntural que considera o efeito das três instâncias constitutivas de uma formação social, o ideológico, o político e o econômico. Antes de desenvolver esse quadro conjuntural, apresenta-se uma pequena justificativa acerca da substituição do conceito de burguesia compradora pelo de burguesia associada, pois, a partir da reestruturação produtiva da década de 1970 a exportação de capitais ganha uma relevância mais significativa no que tange à atitude de associação automática com o capital exterior, substituindo as práticas puramente mercantis de uma burguesia compradora, agora em declínio ou transformada no que pode se conceituar mais precisamente pelo termo de burguesia associada (MARTUSCELLI, 2009), que será o termo utilizado a partir de agora em referência ao que Boito classifica como burguesia compradora.

Passando então para o quadro conjuntural de constituição do fracionamento principal que conformou a burguesia brasileira naquele período considera-se que a burguesia interna constituiu-se ideologicamente pelo neodesenvolvimentismo; cujo vetor político principal fora a frente neodesenvolvimentista, representada na cena política pelo Partido dos Trabalhadores; que organizava, unificava e representava os interesses desses setores empresariais que mantinham uma relação ambígua com a livre presença do capital externo no país. A fração burguesa associada, por sua vez, constituiu-se ideologicamente por um neoliberalismo ortodoxo; tendo sua presença organizada na cena política por meio da aliança parlamentar PSDB-DEM, que representa e organiza aqueles setores do empresariado que percebem como favorável aos seus próprios interesses a presença sem restrições do capital externo. De um lado a burguesia interna dirigia na referida conjuntura as forças sociais neodesenvolvimentistas, organizadas sob a forma de frente política, na qual a força principal constituía-se pela classe trabalhadora organizada e o conjunto de outros setores populares. Essa frente teria ainda como classe-apoio os trabalhadores da massa marginal (proletariado pauperizado e precarizado) cujo consentimento organizava-se pela relação de tipo populista estabelecida, sobretudo, com o chefe do executivo, o Presidente Lula. A burguesia associada, por seu turno, dirigia as forças sociais neoliberais, organizadas, sobretudo, pela aliança parlamentar PSDB-DEM. Isolada do ponto de vista social, as forças neoliberais, marcam presença, no entanto, em centros de poder decisivos, tais como as instituições financeiras, a parte mais decisiva da burocracia (o judiciário) e os principais aparelhos de comunicação de massa, pelos quais é organizada a partir de fora a classe-média, cuja função política é de classe-apoio. Essa classe-apoio é mobilizada pela disseminação da ideologia da corrupção (BOITO, 2017) que, além de estabelecer como alvo de ataque a burguesia interna (caracterizada pela associação Capital-Estado), é especialmente eficiente para mobilizar aquela classe-apoio, pois

A classe social que mantém uma relação unívoca e preferencial com a bandeira da luta contra corrupção, percebida como mal absoluto da sociedade (capitalista), é a classe média. É o mal absoluto para o qual a classe média prescreve o remédio da reforma jurídica e moral. Tal postura provém da condição econômica e da ideologia meritocrática que caracterizam essa classe social. A crítica da classe média à organização social capitalista baseia-se na aspiração do reconhecimento do chamado critério do mérito individual (BOITO Jr., 2017, p. 17).

Soma-se a esse quadro o fato do Presidente da República ser um torneiro mecânico sem instrução acadêmica, o que constitui um verdadeiro insulto para os portadores da ideologia meritocrática, os quais concebem o trabalho manual como o castigo merecido dos incompetentes.

É no interior desse quadro conjuntural que se destaca então um acontecimento, a aprovação da Lei de nº 12.351, cujo processo constitui-se aqui como objeto de pesquisa. Esse acontecimento foi produzido, obviamente, por determinada correlação de forças entre forças sociais. Como já enunciado, as duas forças sociais determinantes naquela conjuntura eram dirigidas por duas frações burguesas, a associada de um lado e a interna de outro. A relação entre essas duas forças dirigentes frente ao processo de produção do acontecimento supracitado é o primeiro esboço do presente problema de pesquisa. Pois, essas forças dirigentes participaram do processo de produção de determinado acontecimento mediante um tipo particular de prática, a prática política, portanto, o acontecimento liga-se às frações burguesas mediante as práticas políticas dessas. Eis então o problema de pesquisa, resumido pela seguinte interrogação: para qual direção apontavam as práticas políticas da fração burguesa associada e as práticas políticas da fração burguesa interna no que tange ao processo legislativo que estabeleceu o regime de partilha na conjuntura do Segundo Governo Lula?

A hipótese derivada da relação desse problema com a literatura existente é a de que a burguesia associada apontou para o mesmo ponto nos diferentes níveis de sua constituição (político-partidário e empresarial), enquanto que na burguesia interna ocorreu um desalinhamento entre o político-partidário e o empresarial, marcados talvez pela contradição entre expansão do capital público (concepção preponderante no nível político-partidário para a questão do petróleo) e capital privado (concepção preponderante no empresarial para as mais diversas questões, não sendo diferente para a questão do petróleo).

Em suma, assevera-se previamente, como hipótese, que as divergências sobre a política de petróleo compuseram um ponto importante de tensionamento no interior da frente neodesenvolvimentista e, mesmo, no interior da burguesia interna, marcando, sobretudo, uma defasagem programática entre o político-partidário, o Partido dos Trabalhadores; e os setores empresariais da burguesia interna. Essa defasagem deve-se a compreensões distintas acerca do tamanho e das funções do capital público.

4 METODOLOGIA E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema de pesquisa construído tem o objetivo de evidenciar o posicionamento das frações burguesas frente a um acontecimento específico. Dessa maneira, a resolução do problema insere-se já no interior de uma compreensão acerca da conjuntura, em que as frações constituem forças sociais e apresentam-se na cena política por meio de determinadas siglas partidárias.

Considerando então que as frações são compostas por uma massa empresarial representada e organizada por partidos presentes na cena política e que nossa hipótese aponta para um desalinhamento entre esses dois âmbitos no caso da burguesia interna, cabe observar analiticamente as posições dessa massa representada e as posições dos partidos representantes. Posteriormente, faz-se necessário estabelecer os pontos de aproximação ou afastamento entre a massa da burguesia interna (o empresariado) e o partido da frente neodesenvolvimentista (o Partido dos Trabalhadores). A primeira operação diz respeito à observação dos fenômenos na sua autonomia relativa; a segunda operação à observação dos fenômenos em sua implicação recíproca.

Sobre a posição dos partidos na cena política os indicadores empíricos serão as 376 intervenções emitidas em plenário pelos deputados durante o processo de aprovação da lei que estabeleceu o Regime de Partilha de Produção. O método mobilizado será o de análise de conteúdo, o qual oferece a técnica de análise de asserção avaliativa, em que atitudes são verificadas de acordo com a direção tomada frente a um par bipolar (BARDIN, 1977). No caso em questão o par corresponde à aprovação ou não aprovação da lei indicada. Os posicionamentos dos deputados serão tabulados frente ao par bipolar no sentido de verificar a intensidade da convicção partidária. O posicionamento dos parlamentares por partido será tabulado no sentido de verificar a dispersão de intenções entre os partidos. Além disso, serão organizados os diferentes argumentos destacados na defesa das posições, o que vai auxiliar na comparação de coerências e contradições com aqueles emitidos pelo empresariado.

Sobre a posição do empresariado os indicadores empíricos constituem-se pelas manifestações das principais entidades representativas da burguesia interna, mais precisamente notas, discursos, notícias, recomendações e entrevistas localizadas nas páginas oficiais da FIESP, FIRJAN, CNI, SINAVAL e ABIMAQ. O material é limitado pelo período de tramitação da lei no congresso nacional e pela temática do petróleo. O método e a técnica empregados são os mesmos aplicados na cena política, possibilitando assim o estabelecimento de um quadro comparativo. Portanto, o posicionamento empresarial será distribuído entre os polos favorável e contrário, observando-se também os argumentos mobilizados.

O procedimental adotado na resolução do problema busca fundamentar-se naquilo que já foi apresentado na exposição sobre o conceito de conjuntura e cena política. Nesse sentido reivindica-se o método aplicado por Marx no seu *O Dezoito do Brumário de Luís Bonaparte*, em que o autor identifica os vínculos que constituem os setores econômicos, os grupos parlamentares e as plataformas políticas, que aparecem aqui como os setores empresariais,

como os grupos parlamentares (PT x PSDB-DEM) e como correntes ideológicas e seus programas (Neodesenvolvimentismo x Neoliberalismo).

Por fim, ao tomar os fenômenos em sua ação recíproca a hipótese inicialmente lançada recebe um enunciado teórico mais preciso, qual seja: o sistema de fracionamento burguesia interna e burguesia associada é sobredeterminado pelo pertencimento de classe em geral, no caso a burguesia, que observa a expansão do capital público como uma ameaça, mesmo que essa expansão trate de atender os seus interesses econômicos imediatos de fração, no caso, as políticas de compras da Petrobrás com conteúdo local, que garantiriam a expansão da demanda para os setores da indústria. Nesse sentido, a fração sobredeterminada pelo interesse geral de classe aproximou-se mais dos setores empresariais da burguesia associada do que dos setores que a constituíam e representavam na cena política como burguesia interna. Ou seja, uma determinação em última instância pela condição geral de classe, na qual o substantivo burguesia prevaleceu sobre o adjetivo interna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

ASSUMPCÃO. Tatiana Berringer. **Bloco no poder e política externa nos governos FHC e LULA**. Tese de doutorado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNICAMP, Campinas, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.

BOITO Jr. Armando. **Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

_____. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**, org. Armando Boito Jr e Andreia Galvão. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. A corrupção como ideologia. **Crítica Marxista**, nº44, 2017.

DIEESE. **Os modelos de exploração de petróleo no Brasil e as questões relacionadas ao surgimento do pré-sal: o debate sobre o Campo de Libra.** Nota Técnica, Número 129 - outubro de 2013.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Empresariado e Estratégias de desenvolvimento, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 18 nº. 52 junho/2003.

JONES, Cleveland; CHAVES, Hernane. **Assessment of yet-to-find-oil in the Pre-Salt area of Brazil.** Fourteenth International Congress of the Brazilian Geophysical Society, 2015.

MARTUSCELLI, Danilo. A burguesia mundial em questão. In: **33º Encontro Nacional da Anpocs**, 2009.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política in: **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo, Expressão Popular, 2008.

_____. **O Dezoito do Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Martin Claret, 2008b.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SAES, Décio. A Questão da Autonomia Relativa do Estado em Poulantzas. In: **Crítica Marxista**, nº7. São Paulo: Ed Xamã, 1998.

SALLUM Jr., Brasílio. **O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 23-47, out. 1999.

SOUZA, Herbert José. **Como se faz análise de conjuntura.** Petrópolis: Editora Vozes, 1984.